



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretaria - Executiva

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT

Conselho Diretor do FNDCT – CD/FNDCT

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO FNDCT - CD/FNDCT

EXERCÍCIO DE 2023

Pauta: 1. Mensagem de Abertura da Ministra Luciana Santos; 2. Apresentação dos membros do CD/FNDCT; 3. Informes: a. Atribuições do CD do FNDCT; b. Diretrizes do MCTI para a nova ENCTI; c. Recomposição do orçamento do FNDCT (PLN 01); d. Evolução orçamentária do FNDCT e quadro atual. 4. Balanço das ações de 2022/2023 (Finep); 5. Balanço das ações de 2022/2023 (CNPq); 6. Submissão do relatório semestral de empréstimos do FNDCT (Finep); 7. Proposta de Projetos Estratégicos; 8. Orientação para os Comitês Gestores; 9. Calendário de reuniões – CG's, CCF e CD; 10. Assuntos gerais.

Participantes: Luciana Barbosa de Oliveira Santos, Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, Presidente do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CD/FNDCT; Luis Manuel Rebelo Fernandes, Secretário-Executivo do MCTI; **membros conselheiros:** Celso Pansera, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, titular; Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho, da Finep, suplente; Ricardo Galvão, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, titular; Olival Freire Júnior, do CNPq, suplente; Mercedes Maria da Cunha Bustamante, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal – CAPES, titular; Rodrigo Lamego de Teixeira Soares, da CAPES, suplente; Wallace Moreira Lima, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço – MDIC, titular; Leany Barreiro de Sousa Lemos, do Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, titular; Zarak de Oliveira Ferreira, do MPO, suplente; Rui Chagas Mesquita, do Ministério da Defesa – MD, titular; Brigadeiro do Ar Antonio Ferreira de Lima Júnior, do MD, suplente; Miguel Ragone de Mattos, do Ministério da Fazenda, titular; João Paulo Pieroni, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, suplente; Sílvia Maria Fonseca Massruhá, Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, titular; Aldo José Gorgatti Zarbin, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, titular; Ildeu de Castro Moreira, da SBPC, suplente; Anderson Stevens Leonidas Gomes, da SBPC, titular; Jailson Bittencourt de Andrade, da Academia Brasileira de Ciência – ABC, suplente (Virtual); Helena Bonciani Nader, da ABC, titular (Virtual); Adalberto Luis Val, da ABC, suplente (Virtual); Antônio Ricardo Alvarez Alban, da Confederação Nacional da Indústria – CNI, titular (Virtual); Gianna Cardoso Sagazio, da CNI, suplente; Daniel Moczydlower, da CNI, titular (Virtual); Débora Mendes Carvalho, da CNI, suplente; **convidados: pela Finep:** Fernando Peregrino, Chefe de Gabinete da Presidência; Janaina Prevot, Diretora de Administração; Elias Ramos, Diretor de Inovação; Hudney Antunes de Jesus, Área de Controle Orçamentário e Financeiro do FNDCT; Guilherme Henrique Ismael Azevedo, Assessor na Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Fernanda Stiebler, Assessora da Diretoria de Inovação; Mariana Vidal, Superintendente da Área de Gestão Financeira; **pelo CNPq:** Laudir Francisco Schmitz, Diretor de Gestão Administrativa; **pelo MPO:** Thaise Oliveira Torres Monteiro, Assessora da Secretaria Nacional de Planejamento; **pela EMBRAPA:** Mirian Eira; **pelo CNI:** Marcos Arcuri; **pelo MD:** Ilmar Victor Barbosa; **pelo MCTI:** Márcia Cristina Bernardes Barbosa, Secretária de Políticas e Programas Estratégicos – SEPPE; Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda, Secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social – SEDES, Henrique de Oliveira Miguel, Secretário de Ciência e Tecnologia para Transferência (Substituto) – SETAD; Osório Coelho Guimarães Neto, Chefe de Gabinete e Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Substituto) – SETEC; Eduardo Soriano – SETEC; José Silvério – SETEC; Rafael Menezes – SETEC; Fábio Larotonda – SEPPE; Rubens Diniz Tavares, Chefe de Gabinete da Ministra de Estado; Maria Luíza Rangel, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva; Raphael Padula, Diretor do Departamento de Fundos e Investimentos - DFIN; Giordano Almeida de Azevedo, Coordenador-Geral de Governança de Fundos – DFIN/CGGF; Lilian Rose Peters, Assistente - DFIN/CGGF; Márcia de Souza Godoi Alves, Assistente Técnica - DFIN/CGGF.

1. ABERTURA

Aos 18 (dezoito) dias do mês de maio de 2023, às 14h, em reunião presencial na Sala dos Conselhos, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Bloco E, 5º andar, e por meio de videoconferência, acessada pelo link: <https://conferenciaweb.rnp.br/mcti/mcti-cggf>, foi iniciada a 1ª Reunião Extraordinária do CD/FNDCT. A **Ministra de Estado, Sra. Luciana Santos**, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e fez uma breve explanação sobre a importância do FNDCT, elencando alguns temas e programas estratégicos fundamentais para área de ciência, tecnologia e inovação – C&T. Comemorou a sanção da Lei 14.577/2023 que abre crédito suplementar de R\$ 4.18 bilhões para o orçamento do FNDCT. Comentou a problemática do contingenciamento realizado no governo passado e parabenizou a postura proativa dos membros do Conselho na defesa dos recursos para o fomento da ciência brasileira. Colocou a necessidade de focar e direcionar investimentos para programas e projetos estruturantes a fim de evitar a dispersão de recursos. Lembrou que o FNDCT foi criado em 1969, como um instrumento financeiro de integração da ciência e tecnologia com a política de desenvolvimento nacional. Enfatizou que é uma decisão política do governo do Presidente Lula trabalhar a ciência como um pilar de desenvolvimento em múltiplas dimensões. Por fim, fez a importante declaração a seguir, sobre a condução dos trabalhos do CD-FNDCT: *“com vistas a garantir uma maior agilidade e integração entre o CD e o Comitê de Coordenação do FNDCT - CCF no tocante ao planejamento e à execução das ações, tanto na condução dos debates como das deliberações, decide delegar a atribuição de Presidente do Conselho Diretor ao Sr. Luis Fernandes, Secretário-Executivo do MCTI, nos termos do Art. 3º, da Lei 11.540, de 12 de novembro 2007 (Mensagem da Ministra no Anexo 1 doc. Sei nº 11177572).”*

2. APRESENTAÇÃO DOS MEMBROS DO CD/FNDCT

O Sr. Luis Fernandes agradeceu a confiança depositada pela Ministra, passou a conduzir a reunião e pediu aos demais membros que se apresentassem, o que ocorreu na sequência.

3. INFORMES:

3.1. Foram apresentadas as atribuições do CD-FNDCT.

3.2. A proposta para a nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) será apresentada na 5ª (quinta) Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação a ser realizada em 2024.

3.3. Apresentação das diretrizes estratégicas para a nova ENCTI e de seus 4 eixos estruturantes, publicados na Portaria MCTI nº 6.998, de 10 de maio de 2023.

3.4. Informe sobre a pulverização de Termos de Referências e dispersão na alocação de recursos, levando à necessidade de implementação de revisão de ações e programas, no tocante aos investimentos, para poder subsidiar as futuras decisões.

3.5. Informe sobre a recomposição do orçamento do FNDCT, mediante aprovação da PLN 01, assim como a evolução orçamentária do FNDCT e quadro atual, com divisão entre de 50% para recursos reembolsáveis e 50% para não-reembolsáveis.

4. BALANÇO DAS AÇÕES DE 2022/2023 (FINEP)

O Presidente da Finep Celso Pansera apresentou o Balanço das Ações da Finep detalhando dados acerca de chamadas públicas contratadas, em contratação e além de outras que estavam sob análise, todos referentes ao Plano Anual de Investimentos – PAI dos recursos não reembolsáveis dos exercícios de 2021 e 2022 (Anexo 2 doc. Sei nº 11177574).

5. BALANÇO DAS AÇÕES DE 2022/2023 (CNPQ)

O Diretor Científico do CNPq Olival Freire apresentou o Balanço das ações do CNPq referente ao PAI de 2021 e 2022, pontuando o baixo repasse de recursos para algumas chamadas efetivadas, citando como exemplo os recursos destinados aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia – INCTs. A respeito das bolsas, informou que foi necessário fazer um ajuste nos instrumentos por conta da devolução de R\$ 241 milhões, decorrente da edição da Medida Provisória 1.136/2022, o que travou programas e diminuiu o pagamento de bolsas revelando um cenário dramático. Passou a destacar ações como a Chamada Universal de 2021, Vacinas COVID19 além de várias suplementações de chamadas importantes como a Chamada INCT e o Recém Doutor. Ressaltou a importância do reajuste das bolsas por parte do governo, destacou porém que o CNPq trabalha com bolsas viabilizadas por convênios com atores variados, incluindo o FNDCT e a CAPES, relatando que a agência tem buscado uma isonomia de

valores a serem pagos. Pediu para que bolsistas que trabalham em pequenas produções também fossem contemplados com o reajuste, direcionando-os para as grandes bolsas (Anexo 3 doc. Sei nº 11177575).

6. SUBMISSÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DE EMPRÉSTIMOS DO FNDCT (FINEP)

6.1 – Apresentação: O Sr. Celso Pansera apresentou o Relatório dos Empréstimos do FNDCT à Finep. Afirmou que o retorno dos empréstimos representa a segunda maior fonte de recursos do Fundo, algo em torno de R\$ 1 bilhão ano (Anexo 4 doc. Sei nº 11177576). Apontou que a Finep tem a intenção de apresentar linhas de empréstimo com taxas acessíveis como opção aos governos estaduais, de modo a impactar positivamente a economia dos estados. Informou que houve um crescimento desse tipo de investimento nas regiões Norte, Nordeste, Centro-oeste no decorrer dos últimos anos e uma diminuição da participação nas regiões Sul e Sudeste.

6.2 – Solicitações, sugestões e debate dos Conselheiros e Conselheiras

i – Solicitação de envio prévio do material das apresentações e informações para análise, por parte do Conselheiro Ildeu Moreira, que ressaltou o papel do CD na avaliação dos resultados de todas as operações financiadas com recursos do FNDCT. Solicitou informações específicas sobre eventual inadimplência dos tomadores de empréstimos da Finep.

- O Sr. Elias Ramos respondeu ao questionamento informando que a taxa de inadimplência dos empréstimos da Finep se situam na casa de 0,67%. Comentou que existem gargalos, mas informou que o Ministério e a Finep trabalham no sentido de oferecer o empréstimo reembolsável com o menor *Spread* possível. O Sr. Carlos Aragão salientou que a Subvenção Econômica tem sido um instrumento muito utilizado por micro e pequenas empresas.

ii – Sugestões e debate sobre garantias e combates a assimetrias regionais, e considerações sobre as diferenças de porte das empresas

- O debate sobre os temas foi levantado e reforçado pelos Conselheiros Ricardo Galvão e pelo Secretário.

- A Conselheira Leany Lemos reforçou a questão das garantias por conta tanto das assimetrias de porte entre empresas, sobretudo para *Startups*, e salientou que as taxas de juros mais competitivas são importantes para a distribuição regional, tema que merece uma visão macro dos envolvidos, de suas regiões e respectivos bancos e fundos. Informou que considera importante colocar para o Conselho a avaliação sobre a participação de 15% com universidades nos projetos de financiamento da Finep e afirmou ser esse outro gargalo em virtude de não existir um nível de maturidade equitativo para alguns projetos de maneira uniforme em todas as regiões. Destacou também a necessidade de se estabelecer métricas regionalizadas em razão dessa diversidade. Por último, colocou a possibilidade de se aperfeiçoar as condições, como a de se aumentar em um ano o prazo de carência para que, só então, ocorram as amortizações para as pequenas e médias empresas, que inovam em áreas alto risco, porém, com inadimplência muito baixa. Reforçou a questão de viabilizar condições adaptadas de modo que fosse avaliado o impacto, levando-se em conta a geração de emprego, de renda e o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região.

- O Sr. Zarak Ferreira sugeriu que parte dos empréstimos da Finep ao BNDES fossem utilizados como garantia, a exemplo do que acontece com o Fundo das Telecomunicações - FUST, em que parte do que é emprestado ao BNDES, poderia ser utilizado como garantia, com risco total para o banco, sem nenhum risco para a Finep e União.

- O Sr. Luis Fernandes agradeceu a sugestão que foi bem recebida pelos Conselheiros.

- A Sra. Helena Nader reforçou a ideia de ser apresentado um relatório constando o que estava sendo financiado com os recursos reembolsáveis do FNDCT, de modo a promover maior transparência.

7. PROPOSTA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

O Sr. Luis Fernandes apresentou a proposta inicial para o estabelecimento de 10 programas estruturantes e mobilizadores, que deveriam guiar as alocações de investimentos e a confecção do Plano Anual de Investimentos, de modo a evitar a dispersão dos recursos do FNDCT, a saber: **1. Programa de Recuperação e Expansão da Infraestrutura de Pesquisa Científica e Tecnológica Nacional – Pró-Infra;** **2. Programa de Inovação para a Reindustrialização Nacional – Mais Inovação;** **3. Programa de Difusão e Suporte à Transformação Digital – Conecta e Capacita Brasil;** **4. Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica – Pró-Amazônia;** **5. Programa de Repatriação de Talentos – Conhecimento Brasil;** **6. Programa de Apoio a Políticas Públicas Baseadas em Conhecimento Científico – Política com Ciência;** **7. Programa de Apoio à Recuperação e Preservação de Acervos Históricos e Culturais Nacionais – Identidade Brasil;** **8. Projeto de Satélite de Observação Terrestre – Missão CBERS 6;** **9. Projeto do Reator Multipropósito Brasileiro – RMB;** **10. Projeto do Laboratório Nacional de Máxima Contenção Biológica – Laboratório NB-4 CNPEM** (Anexo 5 doc. Sei nº 11177577).

Da apresentação e debate entre Conselheiros e Conselheiras, relatado abaixo, originou-se a sugestão de criação de um décimo-primeiro Programa sobre CTI para segurança alimentar e combate à fome, a ser desenvolvido e apresentado pela Presidência do CD-FNDCT, que foi acolhido pelos Conselheiros e pela Presidência da Reunião.

Apresentação e Debate: O Sr. Luis Fernandes reforçou que nesse levantamento inicial se busca promover uma convergência de propósitos de áreas de governo e de instituições da área científica, acadêmica e empresarial, com políticas orientadas por missões. Destacou a relevância de focar a aplicação dos recursos em áreas relevantes como as de: promoção do direito à saúde e à segurança sanitária, transformação digital, transição energética, descarbonização, segurança pública e defesa nacional. A Sra. Mercedes Bustamante destacou a relevância da temática da descarbonização porquanto envolve outros setores econômicos como o da construção civil, além da convergência para uma sociedade com carbono zero. O Secretário registrou a intenção de estruturar o Pró-Infra para a participação conjunta de governos estaduais, das Fundações de Amparo à Pesquisa - FAPs, ressaltando a possibilidade de as contratações ainda serem iniciadas em 2023, mas que a tendência é de firmar compromissos apenas para 2024. No que concerne à transformação digital (Conecta e Capacita Brasil), explicou a necessidade de aderência com a Política de Inclusão Digital, com o incentivo aos meios de conectividade e à capacitação digital, de modo a multiplicar a inovação com foco sobretudo em populações vulneráveis, além das escolas, convergindo totalmente com a agenda MEC. A respeito do tópico do programa integral para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica (Pró-Amazônia), destacou que o foco está centrado na recuperação, expansão e consolidação da infraestrutura de pesquisa tecnológica na Região Amazônica, bem como para a promoção do conhecimento e da sua diversidade biológica, humana e no desenvolvimento de tecnologias e atividades econômicas inovadoras para a exploração sustentável das riquezas naturais do ecossistema. Outro programa destacado foi o da repatriação de talentos (Conhecimento Brasil), afirmando que se pretende a repatriação de talentos, revertendo a chamada 'fuga de cérebros' por meio de projetos relacionados às áreas prioritárias da política industrial, de reindustrialização (Mais Inovação), de programas estratégicos nacionais e com mecanismos de contratação imediata ou com o aceno de abertura de novas vagas. O Sr. Rui Mesquita pontuou que a problemática não se concentrava apenas na repatriação, uma vez que haviam empresas estrangeiras operando no Brasil, inviabilizando a competitividade frente aos recursos oferecidos aos pesquisadores, desde infraestrutura de qualidade a melhores salários (pagando em dólar). Destacou o fato da temática ser relevante por se tratar de projetos estratégicos de tecnologia sensível. Comentou ainda a necessidade de ampliar as vagas para o acesso a universidades, citando dados do Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, de modo a promover novos talentos. O Sr. Ricardo Galvão comentou que o problema de atração de talentos estava se tornando cada vez mais comum e que as empresas, principalmente as de Tecnologia da Informação – TI, estavam captando talentos ainda na fase de graduação, efetivando-os após a conclusão de curso. Afirmou que uma das soluções para se reter esses profissionais seria pela melhoria dos salários. Finalizou indicando que existia a necessidade de incremento de novas vagas não apenas no ITA, mas também na Pontifícia Universidade Católica - PUC, na Universidade de São Paulo – USP, e outras universidades. O Sr. Luis Fernandes seguiu com a apresentação dos programas e explicou o Programa de Apoio a Políticas Públicas Baseadas em Conhecimento Científico (Política com Ciência) colocando a intenção de propor uma estruturação de redes cooperativas de pesquisa para avaliação, formulação, acompanhamento da execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Em seguida, passou a apresentar o Programa de Apoio à Recuperação e Preservação de Acervos Históricos e Culturais Nacionais (Identidade Brasil). Registrou que é um programa focado na preservação, divulgação e restauração de acervos históricos e culturais de alto valor para o país, com especial atenção para a digitalização e constituição de acervo digitais, incluindo o desenvolvimento softwares. O Sr. Ildeu Moreira registrou que é fundamental a disponibilização de recursos para essa área, exemplificando a relevância da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (apoiada com recursos do FNDCT), como fonte de pesquisa, sobretudo na área de ciências humanas, onde foram contabilizados 100 milhões de acessos em 2022. A Sra. Mercedes Bustamante registrou a importância da capacitação de gestores de Estados e Municípios com vistas a equiparar o conhecimento e propagação das informações na área de inovação. Na sequência, o Sr. Luis Fernandes apresentou a proposta para apoio ao Satélite de Observação Terrestre (Missão CBERS 6), que teria nessa nova etapa a missão de sensoriamento remoto, que permitirá um monitoramento mais preciso do desmatamento na Amazônia. Na sequência, mencionou o Projeto do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), indicando que havia a intenção de acelerar a sua implementação a despeito dos desafios de gestão. Comentou que o Projeto do Laboratório Nacional de Máxima Contenção Biológica (Laboratório NB-4 no CNPEM) deverá ser implementado com o uso de 3 linhas de luz do Projeto Sirius. Informou aos conselheiros que esses dois últimos programas já estavam aprovados nos Planos Anuais de Investimento de 2021 e 2022. Por fim, consignou que se tratava de um esboço inicial, balizador das discussões, a fim de combater a pulverização de recursos. O Sr. Aldo Zarin reconheceu o mérito do trabalho realizado, mas afirmou que não houve uma discussão ampla com a comunidade científica sobre as temáticas, afirmando que a ABC e a SBPC deveriam contribuir para ampliação dos horizontes dos 10 temas

ou, ainda, introduzir temáticas não contempladas. A Sra. Ministra, Luciana Santos, argumentou que os conselheiros seriam ouvidos e que suas contribuições seriam de grande valor para a proposta que ora se apresentava. A Sra. Gianna Sagazio registrou que o diálogo é fundamental e que há muitas convergências com um documento produzido pela CNI e pelo MEI. Consignou, que o setor produtivo está à disposição para discussões focadas em programas orientados por missões, sobretudo pela expectativa de impacto positivo no desenvolvimento e na geração de emprego. Complementou que, vencida a grande dificuldade do contingenciamento do FNDCT, haveria a necessidade de repensar a governança do fundo. Questões como: busca por uma maior eficácia para assegurar bons investimentos dos recursos; combate à fragmentação e dispersão dos recursos; procedimentos a seguir para os 15 fundos setoriais (sugeriu focar a atuação nos programas orientados por missões); repensar a governança, convergindo os temas setoriais para áreas prioritárias. Em seguida, o Sr. Daniel Moczydlower fez um comentário sobre o interesse nos talentos brasileiros por parte de outros países, sinalizando que isso poderia ser tratado como uma oportunidade e concordou que a melhor opção seria de qualificar essa mão de obra especializando-a, mas tendo as empresas como aliadas na qualificação desses profissionais. Comentou a problemática da perda de talentos específicos como uma questão de estratégia nacional visto que, por vezes, gira em torno de 15 a 20 anos a formação de profissionais com a especialização necessária para atuação em áreas estratégicas como a da aeronáutica. A Sra. Helena expôs a sua expectativa no tocante à implementação do LNMCB e registrou a sua preocupação quanto a gestão das instalações, no que concerne a vigilância física e de patógenos que estão ali presentes. O Sr. Adalberto Val reiterou a necessidade de uma discussão mais ampla e disse que gostaria que fossem inseridos na lista dois pontos, a saber: a questão da saúde global (meio ambiente, biodiversidade e homem tratado de forma conjunta); e a questão do apoio e manutenção de coleções científicas e biológicas que precisariam de recursos, principalmente as das regiões periféricas. O Sr. Celso Pansera sugeriu o enfoque na temática do combate à miséria e à fome, visto que é uma linha apoiada fortemente pelo Presidente Lula. O Sr. João Pieroni comentou que a frente inovação estaria conectada a nova política industrial e ressaltou a relevância do tema do combate à fome. A Sra. Sílvia Massruhá pontuou algumas questões que considerava relevantes como o da segurança alimentar, da resiliência climática, da agricultura sustentável e colocou a Embrapa à disposição. Afirmou que poderia contribuir ainda nas temáticas da transição energética e da inclusão digital para o pequeno e médio produtor rural, de modo a proporcionar conectividade e capacitação. A Sra. Mercedes Bustamante sugeriu um 11º tema (Redução das vulnerabilidades) que contemplasse eventos extremos, resiliências climáticas, combate à fome, tecnologias que promovam suporte a vulnerabilidade em determinados grupos sociais. Comentou que apesar de já existir o tópico Amazônia, haveria a necessidade da inserção de determinados biomas não contemplados. Por fim, comentou a necessidade da transição do Brasil o *Open Access* e destacou a relevância do acesso às plataformas como o Portal de periódicos da CAPES e do acesso a repositórios como o Programa de Incentivo ao Talento – PIT e o *SciELO DATA* para a ciência brasileira. Argumentou ser fundamental o investimento em infraestrutura, mas fazendo um contraponto, registrou a necessidade de estabelecer uma política nacional estruturante para coleções científicas com vistas a evitar a dispersão dos recursos dessa área. O Sr. Luis Fernandes agradeceu as contribuições, informou que parte delas já constavam da portaria que estabelecerá as diretrizes para a nova ENCTI e que os Programas apresentados são uma proposta inicial não exaustiva. O Sr. Carlos Aragão comentou, apesar de baixos salários, da necessidade de propiciar boas condições de trabalho aos pesquisadores para a repatriação dos respectivos. Registrou a importância da coleção de periódicos da CAPES, essencial para a ciência e pesquisa brasileira. A Sra. Leany Lemos registrou a relevância de discussões estratégicas convergentes com os 28 programas apoiados no Plano Plurianual – PPA e destacou o programa do MCTI, além da agenda dos povos originários, da igualdade racial, gênero, entre outros, a serem trabalhados transversalmente.

8. ORIENTAÇÃO PARA OS COMITÊS GESTORES

- 8.1. Alinhamento das decisões dos CTs com os Programas e prioridades apresentados.
- 8.2. Priorizar editais ao invés de encomendas.
- 8.3. Proposição de um valor mínimo para os projetos com vistas a não sobrecarregar as agências e combater a pulverização, no caso de encomendas, no valor mínimo de R\$ 10 milhões.

9. CALENDÁRIO DE REUNIÕES – CG'S, CCF E CD

A proposta de calendário para as futuras reuniões do CD/FNDCT, dos Comitês Gestores do Comitê de Coordenação do FNDCT – CCF, presentes no Anexo 6 doc. Sei nº 11177586, foram recebidas sem objeção pelos membros do CD-FNDCT.

Sem mais nada a tratar, agradeceu a relevante participação dos membros e encerrou a reunião.

LUIS MANUEL REBELO FERNANDES

Presidente do Conselho Diretor do FNDCT - Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Luis Manuel Rebelo Fernandes**, Secretário-Executivo, em 14/09/2023, às 18:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **11199688** e o código CRC **B33CEFA5**.